

A SOCIEDADE CIVIL NO ESTUDO DA PAZ DEMOCRÁTICA MONÁDICA

CONTRIBUTOS DA EXPERIÊNCIA RUSSA PÓS-SOVIÉTICA¹

Ricardo Jorge Pereira

Proposta por Michael Doyle nos anos de 1980 e inspirada em *A Paz Perpétua: Um Esboço Filosófico* (1795) de Immanuel Kant, a teoria da paz democrática assenta em dois princípios. Por um lado, na sua versão monádica – na qual nos centraremos neste trabalho –, é defendido que os regimes democráticos tendem a desenvolver políticas externas mais pacíficas que as não-democracias. Por outro lado, a versão diádica da paz democrática afirma que as democracias não se guerreiam entre si, embora possam fazê-lo estados não-democráticos.

Na introdução a recentes reflexões sobre esta teoria², Andreas Hasenclever e Wolfgang Wagner reconhecem que «o impacto de longo prazo da democratização no sistema internacional é ainda uma área por pesquisar». Indo ao encontro dessa lacuna, exploramos o caso da Rússia enquanto jovem democracia, realçando, ao mesmo tempo, uma dimensão – crucial na democratização enquanto modo de *pacificação* – pouco analisada: a sociedade civil. Esta abordagem conduz à necessidade de uma maior abrangência dos conceitos de democracia e paz na operacionalização desta teoria.

PAZ, DEMOCRACIA E PAZ DEMOCRÁTICA MONÁDICA

A paz pode ser uma «simples» questão de ausência de conflitos armados. Mas também pode ser entendida a um nível mais profundo e exigente. Enquanto que para Kant se trata de um produto da razão e um imperativo de ordem legal que os homens imporão a si próprios em resposta ao sofrimento que a guerra lhes provoca, as propostas de Johan Galtung encontram uma perspectiva aparentemente sem limites e caracterizada pela ausência de violência em várias vertentes: física (ou violência directa), estrutural (ao nível económico-social) e mesmo cultural³. Não obstante os desenvolvimentos na noção de paz, parece-nos consensual que a literatura sobre paz democrática se centra sobretudo numa ideia de paz próxima de Kant. Uma definição para democracia é a de David Beetham:

é um modo de tomada de decisões baseado em regras e políticas vinculativas ao nível colectivo e sobre as quais o povo exerce controlo, sendo o modelo mais democrático

aquele onde todos os membros do colectivo efectivamente gozam dos mesmos direitos a participar directamente naquela tomada de decisões⁴.

Para tal, é necessário cumprir três condições: «1) os cidadãos têm de ter a oportunidade de formular as suas preferências; 2) os cidadãos têm de ter a oportunidade para indicar essas preferências aos seus concidadãos e ao governo pela acção individual e colectiva; e 3) as preferências dos cidadãos têm de pesar, com equanimidade, na condução da governação, isto é, serem recebidas sem discriminações, qualquer que seja o teor ou a origem dessas preferências.»⁵ Na base da oferta deste rol de «oportunidades» deve residir um conjunto de «garantias institucionais», que, no caso dos países do Atlântico Norte⁶, encontramos consagradas nas respectivas leis fundamentais:

a liberdade de formar e aderir a organizações, a liberdade de expressão, o direito de voto, o direito dos dirigentes políticos competirem entre si para ganhar apoios, a disponibilidade de fontes alternativas de informação, eleições livres e justas e, por fim, instituições políticas governamentais dependentes do voto e de expressões livres das preferências⁷.

A par destes pressupostos de consagração jurídica, verifica-se a necessária existência de «valores democráticos» – a liberdade de escolha e a aceitação de pontos de vista políticos divergentes – que, assim, reforçam os preceitos democráticos enunciados. Foi a crença no progresso humano que permitiu, para além da obtenção de um regime político mais aberto e participativo em muitos países do mundo, a consolidação de «zonas de paz» num sistema internacional considerado de «Estado natural»⁸. As «zonas de paz» encontram-se tipicamente associadas ao Atlântico Norte, com tendência para se expandir em outras regiões, ao estilo institucionalista ocidental desde a segunda metade do século XX até aos dias de hoje. Uma robusta construção de tal um regime internacional consiste na comunidade de segurança proposta por Karl Deutsch, nos anos de 1950, para descrever a comunidade transatlântica vitoriosa do início da Guerra Fria, que articula a constatação da paz democrática diádica com dimensões construtivistas de identidade comum e reconhecimento mútuo⁹.

Kant é central para compreender a teoria da paz democrática. Em *A Paz Perpétua*, o filósofo alemão propõe três artigos definitivos que ditarão a efectiva mudança da humanidade da sua condição selvagem para relacionamentos civilizados. O «Primeiro artigo definitivo para a paz perpétua – a constituição civil de cada Estado deverá ser republicana»¹⁰ é o mais relevante para a análise monádica. A constituição republicana – um instrumento em si «puro», pacífico, dado derivar de um contexto de Estado de Direito (*status iuridicus*) como oposição a Estado natural (*status naturalis*) – confere condições para a paz eterna, uma vez que, «consagrando a liberdade de todos os homens, a sua dependência face a um só corpo jurídico e igualdade de todos eles perante a lei»¹¹,

a aceitação dos cidadãos de participação na guerra seria necessária e com isso eles não concordariam. Isto, porque a guerra é muito custosa e muito devastante e ninguém em geral aceitará a perspectiva de perder o bem-estar em nome dela. Inversamente, um regime despótico – sem uma constituição republicana – não sentirá constrangimentos para entrar num tipo de divertimento (*eine Art von Lustparthie*) que é a prática guerreira. O segundo artigo («A lei das nações deverá ser fundada numa federação de estados livres») consubstancia a ideia de que as democracias não praticarão a guerra umas contra as outras, embora possam combater autocracias; esse combate é justo, na medida em que esses estados não se regem pelo primado da lei, almejando, até, aniquilá-lo. A fundação e o desenvolvimento de instituições internacionais, transnacionais e mesmo supranacionais confirmam a relevância, sobretudo, do segundo artigo. O terceiro artigo («O direito de didadania mundial deverá ser confinado às condições de hospitalidade mundial») complementa os anteriores, referindo-se, mais precisamente, à crença em direitos e tratamento iguais para todos os seres humanos¹².

A verdade é que as democracias não encetaram um caminho de paz perpétua, entregando-se ao conflito armado. Pergunta-se, porém: mas serão mais pacíficas que as não-democracias? Para Michael Doyle, «os democratas não são, necessariamente, menos agressivos do que os autocratas, mas as democracias têm um maior sucesso em conter impulsos violentos, pois as consequências das guerras tornam o público democrático mais relutante em envolver-se nesse tipo de conflitos»¹³. A evidência do início do século XXI é que as democracias, porventura em nome da própria doutrina da paz democrática, se orientam ideologicamente para uma política expansionista da democracia, recorrendo mesmo a meios violentos¹⁴. Questionamo-nos, assim, se a articulação entre paz democrática e democratização (ou «mudança de regime») não coloca em causa a sua lógica benigna, ou se estamos apenas perante questão tática. Discussões mais recentes continuam a não oferecer uma resposta cabal à pergunta sobre se os democratas são mais pacíficos que outros. Karen Rasler e William Thompson alertam para o ambiente internacional da democracia ou comunidade de democracias:

Um tipo de ambiente é se o mundo for todo democrático. Um ambiente marcadamente diferente é se as democracias forem claramente uma minoria no mundo. Ainda outro tipo de ambiente é aquele em que as democracias começam como uma pequena minoria e se tornam uma maioria¹⁵.

Historicamente, podemos associar o século XIX e as duas guerras mundiais ao segundo tipo de ambiente. O período de Guerra Fria, em largo trecho, também representa uma luta pela sobrevivência da democracia, embora num quadro de jogo de soma nula: a expansão da democracia foi bastante equilibrada com o alastramento do comunismo, ideológica e territorialmente. Contudo, o desfecho da Guerra Fria, com o colapso sovié-

tico (e correspondente vitória do capitalismo liberal) criou um ambiente favorável à expansão dos regimes democráticos pelo mundo fora. De acordo com esta análise, «pelo menos, até os estados democráticos formarem uma maioria no sistema, deveremos esperar uma probabilidade de conflito entre as democracias e alguns tipos de autocracia»¹⁶. Porém, é de considerar que nem todas as variantes de autocracia são igualmente ameaçadoras. O problema da violência/paz monádica pode ser colocado ao nível da vizinhança próxima: «quanto maior for a distância política entre países vizinhos (um democrático e outro não-democrático), maior será a propensão para a democracia encetar a guerra.»¹⁷ De acordo com a experiência histórica até ao final da Guerra Fria, não é possível avaliar se as democracias são, de facto, menos violentas do que as autocracias. Ainda assim, constata-se que as democracias tendem a ter como alvo, de longe, as «autocracias rivais», ou seja, as que ameaçam directamente a sua existência. Quanto às autocracias têm dividido atenções entre «autocracias rivais» e «democracias rivais». Harald Müller faz uma forte crítica aos pressupostos kantianos para o alegado pacifismo das democracias. De facto, rejeita os primeiros dois artigos por serem «incoerentes e empiricamente errados», aceitando, porém, o terceiro, ainda que dotado de

ambivalência de efeitos¹⁸. Para este autor, o racionalismo da escolha depende altamente das circunstâncias: será inconcebível que um cidadão de uma democracia ache que a guerra é necessariamente mais cara que a paz? Contemplando o pós-

DE ACORDO COM A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA
ATÉ AO FINAL DA GUERRA FRIA, NÃO É POSSÍVEL
AVALIAR SE AS DEMOCRACIAS SÃO, DE FACTO,
MENOS VIOLENTAS DO QUE AS AUTOCRACIAS.

-Guerra Fria, de que a comunidade democrática liberal saiu vitoriosa, as assimetrias de poder são tão vastas que qualquer guerra se prevê curta e barata – e certamente ganha¹⁹. Além disso, o conceito de revolução nos assuntos militares (RAM) – enriquecimento da estrutura militar com os avanços tecnológicos e de comunicação – generalizou a ideia (ilusória) de que a prática guerreira do século XXI traz poucos riscos para os soldados. Isto, a par com a problemática da profissionalização dos exércitos e da adjudicação da violência armada a companhias privadas, que permitirá superar a perspectiva de «voluntariado forçado». Do mesmo modo, as instituições democráticas são apenas cintos de transmissão, que legitimam tanto a paz como a guerra²⁰. A própria questão da transparência das instituições pode não ser assim tão decisiva, como testemunha a intervenção da NATO na Sérvia²¹. Resta, contudo, abordar o último pressuposto, de cariz moral e normativo, que, ao invés dos outros dois, encontra notável evidência empírica. Para começar, vários estudos de opinião sustentam a ideia de que, em democracia, a resolução violenta de conflitos não deve vingar; deverá recorrer-se, ao invés, à negociação e ao multilateralismo. Este humanismo é extensível a todos, dos soldados profissionais da RAM aos rivais autocráticos. Neste âmbito, o terceiro artigo de *A Paz Perpétua* preconiza a aversão à guerra, pelo reconhecimento de todos os homens, de todos os países, «nascerem iguais, dotados de razão e dotados dos mesmos direi-

tos»²². A visão universalista na base da defesa dos direitos humanos e do Estado de Direito constitui um forte fundamento para que as democracias sejam definitivamente mais pacíficas. Ora, neste ponto, cruzamo-nos com a análise do contexto internacional em que se inserem as democracias: o mundo não se compõe apenas de democracias, mas também de outros regimes, que, designadamente, não se regem pelos princípios cosmopolitas kantianos. Neste sentido, a propensão monádica para a guerra aumenta. Todavia, Müller incide a sua atenção não tanto no carácter ostensivamente agressivo dos regimes não-democráticos, mas na natureza universalista humanitária do ideal democrático, que serviu de justificação para as intervenções na Sérvia, no Afeganistão e no Iraque. Mesmo assim, o respeito pelos direitos humanos e pela democracia virá primeiro, como testemunham os regimes institucionais internacionais, desde a regulação comercial ao controlo de armas²³.

A persuasão pela razão estava prevista por Kant. O problema é que os princípios filosóficos nem sempre se confirmam (ou então levam demasiado tempo a confirmar-se), pedindo uma intervenção de «liberalismo militante» na eventualidade de «não existir oportunidade à vista para que os homens se libertem por si só do jugo da servidão»²⁴. Uma possível consequência, portanto, é a intervenção armada de libertação – conquanto o custo e a extensão dos «danos colaterais» seja aceitável. Porém, há democracias – qualificadas de «pacifistas» – que mantêm um traço institucionalista mais vincado, preferindo apostar no cenário de uma evolução gradual das autocracias para a democracia, em detrimento de uma «mudança de regime» imposta de fora²⁵.

A DIMENSÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO QUADRO TEÓRICO DA PAZ DEMOCRÁTICA

A literatura sobre a paz democrática centra-se em países com democracias consolidadas e num desempenho da cidadania focalizado no voto. A vontade dos cidadãos – belicista ou pacifista – manifesta-se através dos seus representantes eleitos, aparentemente desconsiderando as dimensões que vão para além das entidades governamentais. O papel da sociedade civil é geralmente muito pouco destacado nesse debate, que, contudo, se reveste de grande importância num contexto de democratização. Porque as contradições da construção democrática são uma realidade tangível nalgumas jovens democracias, torna-se importante ir para além da definição de Beetham.

No rescaldo da mudança de regime nos países do antigo Pacto de Varsóvia, Ernest Gellner sublinhou o papel da sociedade civil no quadro da democratização da extinta ordem soviética. No primeiro capítulo de *Condições da Liberdade: A Sociedade Civil e seus Rivais* (1994), o autor oferece uma definição:

a sociedade civil é um conjunto de diversas instituições não-governamentais, suficientemente fortes para contrabalançarem o Estado e que, embora não o impeçam de cumprir o seu papel de guardião da paz e árbitro dos interesses fundamentais, podem impedi-lo de dominar e atomizar o resto da sociedade²⁶.

Ora, dominação e atomização fora o resultado da doutrina marxista em todos os domínios da vida, «em sociedades que tinham centralizado fortemente todos os aspectos da vida, onde uma única hierarquia político-económico-ideológica não tolerava quaisquer rivais e uma única visão definia não apenas a verdade, mas também a rectidão pessoal»²⁷. O marxismo nega a ideia de sociedade civil, quer na prática quotidiana e burocrática, quer na teoria, «afirmando que é uma fraude»²⁸.

Mas Gellner vai mais longe na sua proclamação: o processo de abertura dos países sob influência soviética talvez não compreendesse a conquista da democracia mas da sociedade civil, que vem antes da primeira. E questiona:

poderá igualmente, sem flagrante petição de princípio e preconceitos, validar a transição de um mundo imbuído de fé transcendente e das obrigações nele implícitas, um mundo em que a vontade humana não é soberana, mas em que a virtude consiste na submissão a uma vontade superior para um mundo que se libertou ou está a libertar-se dessa convicção ou se abstém de a tomar a sério e, por conseguinte, regressa à vontade humana²⁹?

Depois denuncia: «em termos gerais, o modelo democrático ignora o facto de as instituições e as culturas *precederem* as decisões, em lugar de se *seguirem* a elas.»³⁰ Por fim, esclarece: «O governo da maioria ou as instituições representativas que simbolizam a igualdade dos cidadãos por intermédio da regra um homem, um voto são um contributo para tudo isto, embora não sejam, evidentemente, a sua essência. O que é essencial é a ausência de um monopólio ideológico ou institucional: nenhuma doutrina é elevada à santidade de uma forma exclusiva com a ordem social.»³¹

Uma vez consagrado e esclarecido o seu papel, como é expandida a sociedade civil no Centro-Leste europeu numa óptica de democratização, no início da década de 1990? A distinção entre «democracias militantes» e «democracias pacifistas», cruzada com o contexto geopolítico, pode ajudar. Podemos afirmar que, embora em declínio, os países da antiga União Soviética – sobretudo o seu principal sucessor, a Federação Russa – mantêm um nível de poder suficientemente inibidor face a eventuais projectos para mudança de regime ao estilo «militante». Além disso, nos Estados Unidos vigorava uma ideologia doméstica que descartava «expansionismos democráticos» pela via militar na ex-União Soviética, mas também atendia aos interesses dos aliados europeus, mais interessados no pacifismo liberal. A coligação de democracias preferiu desenvolver políticas de *soft power*: promoção de eleições e desenvolvimento de partidos; dinamização de órgãos de comunicação social livres; trabalho de advocacia e campanha com associações locais sobre direitos das mulheres, ecologia, direitos humanos; e apoio à criação de sindicatos independentes³².

Essa política foi praticada por um «exército de organizações não-governamentais (ONG) dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha e outras partes da Europa»³³, à luz da segurança humana, conceito tido como crescentemente mais apropriado para os «novos»

desafios securitários, como a poluição transfronteiriça ou as migrações descontroladas³⁴. Já o Governo russo, em particular desde 1998, encara o apoio à sociedade civil como uma modalidade de ingerência ocidental, ao estilo do que tem sucedido em tradicionais zonas de influência, como a Geórgia, a Ucrânia e o Quirguizistão.

Na sua avaliação dos resultados da assistência à democracia na Rússia, Sarah Mendelson defende que a causalidade entre financiamento de ONG especializadas e democratização foi «sobrestimada» ao longo dos anos de 1990. Ao longo daquele período, «os responsáveis da administração Clinton, funcionários da USAID e as ONG tenderam a falar acima de tudo das histórias de sucesso da Rússia: as 65 mil ONG que se desenvolveram, o sistema multipartidário, as eleições regulares e os milhões de cidadãos que têm votado regularmente nas últimas eleições»³⁵. Porém, não faltaram, também, provas dos fracassos desta política que terá, de resto, contribuído para moldar a faceta de «democracia não-liberal»³⁶ da Rússia: «o despedimento de vários primeiros-ministros pelo Presidente Ieltsin, uma segunda guerra na Tchetchénia, assim como vários escândalos de lavagem de dinheiro que supostamente envolveram a cooperação ocidental e o Kremlin»³⁷.

No entanto, é importante referir que, apesar de não haver democracia formal nos países do antigo Pacto de Varsóvia, havia bases características de sociedade civil, como movimentos sociais de contestação à ordem vigente. Se assim não fosse, quem ditaria a vontade de progredir, nas palavras de Kant, do «Estado natural» para o «Estado de Direito»? Para Tanya Narozhna, na avaliação que faz do apoio ocidental à sociedade civil oriental, «a noção de sociedade civil reingressou nos debates políticos e académicos durante o período de luta contra os regimes socialistas soviéticos na Europa de Leste; porém, sem componente de orientação política até ao final dos anos 1980»³⁸.

Aliás, a expressão «sociedade civil» revestiu-se de significados distintos nos países do antigo Pacto de Varsóvia e no Ocidente.

«Ocidentais e orientais falam línguas diferentes.»³⁹ Enquanto que para o Ocidente a

ideia de sociedade civil «pede um sistema de normas culturais partilhadas, valores e crenças intersubjectivas (confiança e tolerância)»⁴⁰, no Leste a noção de sociedade civil surge «ligada ao nacionalismo». Aquela autora enumera figuras como Havel, Michnik, Konrad, Benda, Geremek, etc., como exemplos de intelectuais que colocaram a nação no cerne da luta contra não só o regime comunista, mas também contra o supranacionalismo soviético. Defendem que a recuperação do ideal nacional(ista), a par com um discurso democrático, é central para laços renovados de confiança e solidariedade. Já a noção de sociedade civil no Ocidente aponta para os níveis individual, local ou regional, sem escala nacional, necessariamente, de modo a «reduzir a probabilidade de regressão para nacionalismo antidemocrático»⁴¹.

APESAR DE NÃO HAVER DEMOCRACIA FORMAL
NOS PAÍSES DO ANTIGO PACTO DE VARSÓVIA,
HAVIA BASES CARACTERÍSTICAS
DE SOCIEDADE CIVIL, COMO MOVIMENTOS
SOCIAIS DE CONTESTAÇÃO À ORDEM VIGENTE.

Mas quiçá pior que desconhecer aquela diferença de fundo é partir do princípio, como sucedeu com muitos conselheiros ocidentais, que antes de 1989 simplesmente não havia quaisquer formas de sociedade civil na Europa de Leste e, como tal, era imperioso encetar uma missão de democratização. A forma de concretizar essa missão foi fazer corresponder o quadro da sociedade civil a um conjunto de ONG, que funcionam como contrapeso ao Estado, de modo a evitar o seu domínio excessivo e a atomização social. Consequentemente, uma forma de tirar conclusões acerca do desenvolvimento da sociedade civil num certo país corresponderia à análise da curva de proliferação de ONG.

Contudo, a sociedade pós-socialista, em especial na antiga URSS, revelou-se demasiado «imperfeita» para uma intervenção tão abstracta e quantitativa baseada em estratégias de modelo «Plano Marshall» ou da ajuda ao «Terceiro Mundo» (apoio bilateral/multilateral e de gestão não-governamental). Frequentemente, essas estraté-

gias não atenderam ao ambiente socio-cultural, em que os recursos humanos locais – muitos deles mais avançados do que em alguns países ocidentais – foram geralmente desvalorizados e ignorados, conduzindo a uma situação de frustração. Centrais foram também as duríssimas reformas neoliberais: privatizações, esta-

A SOCIEDADE PÓS-SOCIALISTA REVELOU-SE DEMASIADO «IMPERFEITA» PARA UMA INTERVENÇÃO TÃO ABSTRACTA E QUANTITATIVA BASEADA EM ESTRATÉGIAS DE MODELO «PLANO MARSHALL» OU DA AJUDA AO «TERCEIRO MUNDO».

bilização macroeconómica, desenvolvimento de infra-estruturas e liberalização de preços e trocas⁴². Esta orientação redundou muitas vezes em escândalos de corrupção que fizeram muitos sectores, que claramente não conseguiram beneficiar da reforma económica nem da democratização, pedir uma resposta autoritária.

Se, na discussão da paz democrática monádica, a dimensão da sociedade civil é relevante para a maior ou menor propensão para o conflito e se a sociedade civil é apoiada por estrangeiros que a igualam a uma soma de ONG, também elas de inspiração estrangeira, então é de ter em conta a percepção do binómio sociedade civil/ONG. Ora, a opinião na Rússia é que, muitas vezes, as ONG parecem veicular interesses dos países estrangeiros (estatais e privados). Esta situação gera clara suspeição e desconfiança da democracia como caminho político no seio de sectores domésticos que apoiam, internamente, meios autoritários de controlo (muitas vezes com supressão de liberdades) e, externamente, esfriamento de relações com as democracias doadoras.

ONG E GONGO, ESTADO RUSSO E REVOLUÇÕES COLORIDAS

Muitos analistas como Andrew C. Kuchins, que até há um ano atrás liderava a representação em Moscovo da Carnegie Endowment for International Peace, têm sido peremptórios em relação à perseguição que se abateu sobre as ONG durante o governo do Presidente Putin⁴³. Também Mendelson, ainda reportando-se ao período do Presi-

dente Ieltsin, fazia denúncias semelhantes⁴⁴. Não obstante a considerar como uma democracia formal, a ONG norte-americana Freedom House, na sua escala de liberdades, alterou a sua classificação em 2005 para a Rússia de «parcialmente livre» para «não-livre»⁴⁵.

No caso particular das relações entre Estado e sociedade civil, desde o primeiro mandato de Vladimir Putin têm sido manifestadas claras intenções de fazer submeter as ONG aos ditames de uma «verticalidade administrativa» e «ditadura da lei»⁴⁶. Uma primeira expressão dessa orientação deu-se aquando do Fórum Cívico do Kremlin (20 e 21 de Novembro de 2001), para o qual Putin convocou cerca de três mil e quinhentos representantes de ONG de todo o país com o objectivo de discutir temas de sociedade civil com membros do seu Governo⁴⁷. Para Ludmila Alekseeva, na altura presidente do Grupo Helsínquia-Moscovo, tratou-se de uma óbvia tentativa de manipulação da democracia e organização da sociedade civil em estruturas hierárquicas de apoio à Administração⁴⁸. Mas mais saliente que o evento em si, foi a formação de pseudo-ONG pelo Governo⁴⁹, como a Cruz Verde (*Zeleny Krest*) ou o Movimento Ecológico Construtivo da Rússia (KEDR). Alegadamente, estas entidades faziam parte de uma estratégia governamental para a construção de um quadro de organizações leais ao Governo, com o objectivo, sobretudo, de manobrar a oposição imposta pelas «verdadeiras» ONG (como a Memorial ou o Comité das Mães de Soldados, defensoras dos direitos humanos e da paz) e operar uma divisão, aos olhos do Estado, entre as «fiáveis» e as «não-cooperativas». É interessante verificar que o Governo russo, reconhecendo, primeiro, a relevância da sociedade civil no quadro político e, depois, a fórmula típica dos doadores internacionais de sociedade civil = ONG, tenha recorrido a uma tática de «construção de sociedade civil» para servir a sua estratégia de maior autoritarismo doméstico.

Episódios mais recentes relativos ao relacionamento entre Estado e ONG na Rússia têm sublinhado a importância de se recorrer à dimensão da sociedade civil para se avaliar a maior ou menor propensão de um regime para se envolver em conflitos interestatais. Esses novos desenvolvimentos tiveram lugar quase simultaneamente, em Janeiro de 2006, com a ratificação por Putin da nova lei sobre «Organizações Não-Comerciais», que obriga à reinscrição das ONG, medida fortemente contestada por estes organismos e políticos ocidentais, receosos de que ela possa ser o prelúdio de uma nova supressão de direitos, e a eclosão do chamado escândalo da «pedra-espia» (descoberta de um engenho que facilitava a comunicação entre diplomatas britânicos e líderes de várias ONG)⁵⁰. Estes casos não se encontram – como seria de suspeitar – desligados das (tentativas de) mudança(s) de regime, num sentido mais pró-ocidental, que vêm tendo lugar desde há quatro anos em várias zonas da antiga União Soviética (o também designado «Estrangeiro Próximo»).

Na sua análise das «revoluções coloridas» na Geórgia (2003), Ucrânia (Janeiro de 2005) e Quirguizistão (Abril de 2005), comparadas com os pretensos «falhanços» no Usbequistão (Maio de 2005) e no Azerbaijão (Novembro de 2005), Sreeram Chaulia defende

que as ONG internacionais (sobretudo as norte-americanas) serviram de instrumento para a concretização de determinados objectivos de política externa da Administração Bush⁵¹. A diferença entre os «sucessos» e «falhanços» reside, precisamente, naqueles casos em que as ONG se constituem como veículos dos interesses nacionais da potência hegemónica, em linha com aquilo que tem sucedido desde a II Guerra Mundial⁵². Nos nossos dias, naqueles países da antiga União Soviética, estas e outras GONGO dos Estados Unidos, em especial as representações dos dois partidos dominantes (National Democratic Institute for International Affairs e International Republican Institute), desempenham o papel de abrir os regimes para oferecer aos EUA o acesso às riquezas energéticas que uns têm, mas outros não. O problema maior, contudo, prende-se com a inconsistência de resultados a nível de democratização. Como refere Mark R. Beissinger, dado o decisivo apoio estrangeiro, a democratização arrisca-se a ser vista mais como o resultado de uma ingerência externa do que um desenvolvimento interno. Por seu turno, as ONG defensoras dos direitos humanos, pela íntima ligação que mantêm com a esfera política, podem ser consideradas «organizações revolucionárias». Por fim, como processo drástico de cisões, a «revolução democrática», por muito bem intencionada que seja, pode conduzir a conflitos ou mesmo à guerra civil, em que a «contra-revolução» pode não se limitar a repor o *status quo*, mas sobretudo aniquilar as já diminutas actividades democráticas, como aconteceu no Quirguizistão⁵³. No plano regional, esta expressão de democratização pacifista terá provocado uma maior securitização e desvios autoritários na Rússia. Embora as possibilidades de uma revolução colorida em dois anos seguidos de eleições (2007 e 2008) sejam reduzidas⁵⁴, as autoridades russas não querem correr riscos e, quanto mais não seja por causa disso, prometem um presente e um futuro muito constrangedores às ONG, locais e internacionais, e uma redução dos direitos e liberdades civis em geral.

CONCLUSÃO

A revisão da literatura sobre a paz democrática monádica permitiu-nos concluir que as democracias não são necessariamente mais pacíficas que as não-democracias, embora haja democracias que evidenciam um comportamento mais pacífico do que outras. As investigações dedicadas a esta questão tendem a considerar democracias bastante/muito consolidadas. O nosso interesse neste trabalho foi abordar o caso de uma democracia com apenas quinze anos de existência e, de resto, um longo histórico enquanto potência regional e mundial.

Kant afirma que a mudança de «Estado natural» para «Estado de Direito» é um empreendimento gradual mediante o reformismo constitucional e não a revolução. Daqui podemos depreender – e a experiência das democracias consolidadas prova-o fortemente – que a democracia, que por si só assume um conteúdo evolutivo, precisa de reunir condições que extravasem a mera formalização institucional e a realização regular de eleições. A vida democrática requer a participação da sociedade civil.

À luz da teoria geral da paz democrática monádica, parece-nos fácil inferir que o argumento monádico não encontra grande suporte no caso russo. A violência e a repressão no Cáucaso deverão persistir, bem como o constrangimento de liberdades a nível interno, num processo que mal se distinguirá dos métodos usados por uma autocracia formal. Porém, o nosso objectivo neste trabalho não foi questionar até que ponto a implantação da democracia na Rússia foi ou não bem sucedida, nem muito menos confirmar a sua propensão, sob a máscara de «democracia não-liberal», para a guerra. Ao invés, reconhecendo a relevância da teoria da paz democrática, procurámos incluir uma dimensão – a da sociedade civil – na discussão, de modo a proporcionar uma maior exigência à análise.

Como afirma John Macmillan, a teoria da paz democrática ortodoxa⁵⁵ aproxima-se de visões tendencialmente conservadoras da democracia, em que a soberania dos estados é o critério supremo⁵⁶. Ora, o reconhecimento da sociedade civil como parte da infra-estrutura democrática conduz a uma noção mais aberta de democracia – uma democracia para lá do voto e dos poderes legislativo e executivo, composta por membros e organizações de vária estirpe, que contribuem para o próprio desenvolvimento do Estado de Direito. Consequentemente, a noção de paz também desce do plano interestatal para um mais próximo da tradição galtungiana, atento às implicações da pobreza, desrespeito pelos direitos humanos ou falta de liberdades cívicas. Ante uma noção de paz «negativa» (ausência de violência), a noção de paz «positiva» (mudanças estruturais, mas por meios pacíficos) de Galtung é mais expansiva, apelando ao melhoramento das condições de vida, conquista da igualdade social, desenvolvimento e igualdade⁵⁷.

Podemos argumentar que as agressivas campanhas contra independentistas e extremistas islamitas na Tchetchénia, a crescente limitação das liberdades e o aumento do autoritarismo têm origem, por exemplo, nos governos no poder e seus apoiantes, mas também em factores mais estruturais. A democratização e reforma económica dos anos de 1990, que não atendeu às diferenças culturais entre o Ocidente e o antigo Bloco de Leste e foi aplicada com demasiado ímpeto, será certamente um deles. Já as recentes tentativas de despoletar «revoluções coloridas» também se inserem na mesma linha, provavelmente com um potencial de conflito muito maior, pela reacção que poderão provocar. No caso russo, o Governo procura neutralizar a ameaça associada ao Ocidente através de um controlo mais cerrado sobre as ONG. Num quadro geral de crescente autoritarismo (e de tensão com alguns estados vizinhos), o potencial de conflito associado a esta jovem democracia poderá ter tendência para aumentar.

Todavia, devemos salientar que a expansão dos conceitos de democracia e de paz também torna os testes à democracia monádica às velhas democracias consolidadas – mesmo às «pacifistas» – mais exigentes. *RJ*

- 1** A primeira versão deste texto foi apresentada como trabalho final do seminário «Construções Teóricas da Paz» do programa de doutoramento em Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dirigido pelo Professor Doutor José Manuel Pureza, em Fevereiro de 2007.
- 2** Publicadas na edição n.º 41 da revista *International Politics* [Palgrave Journals], em 2004.
- 3** Cf. GALTUNG, Johan – *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict*. Londres: Sage, 1996.
- 4** BEETHAM, David – «Liberal democracy and the limits of democratization». In *Prospects for Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 55, citado em ARCHIBUGI, Daniele – «Principles of cosmopolitan democracy». In *Re-imagining Political Community*. Cambridge: Polity Press, 1998, pp. 198-228.
- 5** Dahl [1971] citado em RATO, Vasco – «Mas são mesmo mais pacíficas?» In *Política Internacional*. Lisboa. N.º 18, 1998, pp. 93-114.
- 6** A teoria da paz democrática perspectiva-se como uma teoria eminentemente ocidental/norte-atlântica – senão mesmo americana nas palavras de Ido Oren [OREN, Ido – «The subjectivity of the "Democratic" peace». In *International Security*. Vol. 20, n.º 2, 1995, pp. 147-184, citado em WILLIAMS, Michael C. – «The discipline of the Democratic peace: Kant, Liberalism and the social construction of security communities». In *European Journal of International Relations*. Vol. 7, n.º 4, 2001, pp. 525-553] – induzindo um contexto sociopolítico e económico próximo da democracia liberal e economia de mercado.
- 7** Dahl [1971] citado em RATO, Vasco – «Mas são mesmo mais pacíficas?»
- 8** Para os autores liberais, o «Estado natural» será, a seu tempo, substituído por um «Estado de Direito», onde as disputas são reguláveis ao ponto de excluir uma guerra, de acordo com o racionalismo kantiano [HASENCLEVER, Andreas, e WAGNER, Wolfgang – «From the analysis of a separate democratic peace to the liberal study of international conflict». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, pp. 465-471].
- 9** A teoria de comunidade de segurança «original» encontra-se desenvolvida nas seguintes obras de Deutsch: *Political Community at the International Level: Problems of Definition and Measurement* (1954) e *Political Community and the North Atlantic Area: International Organisation in the Light of Historical Experience* (1957). Foi posteriormente recuperada por Emanuel Adler e Michael Barnett em *Security Communities* (1998).
- 10** Para Kant, a democracia, pelo facto de convocar «todos» para a esfera executiva, reproduz, ao contrário da lei republicana, o Estado natural, em que «todos querem ser senhores». No entanto, é claro na literatura da paz democrática que a democracia liberal ocidental de hoje é a fiel predecessora do republicanismo de Kant.
- 11** KANT, Immanuel – *Zum ewigen Frieden. Ein philosophischer Entwurf*. [Consultado em: 20 de Outubro de 2007]. Disponível em: http://www.sgipr.org/politpsy/vorbild/kant_zef.htm#Erster%20Definitivartikel.
- 12** Harald Müller [MÜLLER Harald – «The antinomy of Democratic peace». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, pp. 497-499], sistematizou as várias reflexões sobre a paz democrática monádica kantiana em três ordens de argumentos: utilitário, normativo e institucional. Primeiramente, os membros de uma democracia rejeitam a ideia de assumir custos e riscos, especialmente sabendo que as suas vidas e respectivas famílias estão em causa. Em seguida, parte-se do princípio que quem experimenta a democracia respeita mais veementemente os valores da vida e os direitos humanos, quer em termos domésticos, quer relativamente a países estrangeiros, mesmo hostis. Por fim, um regime eleitoralista de sufrágio universal, no qual as opiniões – também sobre guerra e paz – obtêm expressão, os líderes e partidos políticos, cujo objectivo é serem reeleitos, cumprirão a vontade popular, que, de acordo com os argumentos anteriores, é de cariz pacifista.
- 13** DOYLE, Michael – «Kant, liberal legacies, and foreign affairs» [I e II]. In *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 12, n.ºs 3 e 4, 1983, pp. 205-235 e 323-353; DOYLE, Michael – «Liberalism and world politics». In *American Political Science Review*. Vol. 80, n.º 4, 1996, pp. 1151-1169, citado em RATO, Vasco – «Mas são mesmo mais pacíficas?», p. 97.
- 14** RATO, Vasco – «Mas são mesmo mais pacíficas?», pp. 110-111.
- 15** RASLER, Karen, e THOMPSON, William – «The monadic democratic puzzle and an "End of History" partial solution?». In *International Politics*. Vol. 40, 2003, pp. 8-9. Enquanto o primeiro ambiente se constitui enquanto pura hipótese, o segundo ambiente foi bastante real até há relativamente pouco tempo. Já no terceiro a dinâmica é obviamente oposta: a democracia existe, vence e derrota a autocracia.
- 16** *Ibidem* [p. 10]: «monarquias antiquadas, regimes de partido único fascista e comunista, regimes militares, ditaduras teológicas e estados controlados por um pequeno número de pessoas e famílias que podem ou não cruzar-se com outras formas de autocracia e/ou, por vezes, formas superfciais de democracia.»
- 17** *Ibidem* [p. 11].
- 18** MÜLLER, Harald – «The antinomy of Democratic peace». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, p. 499.
- 19** *Ibidem*.
- 20** *Ibidem*, pp. 501-503.
- 21** Os membros da Aliança Atlântica, muito superiores à Sérvia, prepararam uma intervenção, debateram-na publicamente, decidiram atacar e finalmente fizeram-no; tudo com a maior transparência.
- 22** KANT, Immanuel – *Zum ewigen Frieden. Ein philosophischer Entwurf*.
- 23** Segundo a teoria de regimes, «as instituições internacionais são praças que as democracias privilegiam para expressar as suas críticas, por exemplo, à forma como os direitos humanos são eventualmente desconsiderados nas autocracias» [MÜLLER, Harald – «The antinomy of Democratic peace», p. 505].
- 24** *Ibidem*, p. 506.
- 25** A evidência associa à primeira categoria os Estados Unidos, Israel, a Índia e mesmo a Grã-Bretanha, caracterizada por fortes doses de maniqueísmo [distinção entre bem e mal, entre democracia e autocracia]; à segunda, Irlanda, Suíça, Finlândia e Áustria, países neutros. No centro, encontramos países nos quais a tensão entre militância e pacifismo varia conforme a ideologia mais ou menos pacifista no governo nacional e o colectivismo de actuação no quadro de alianças militares (países médios não colocam a hipótese de intervir, mas em grupo o caso pode mudar de figura).
- 26** GELLNER, Ernest – *Condições da Liberdade: A Sociedade Civil e seus Rivais*. Lisboa: Gradiva, 1994, pp. 15-16.
- 27** *Ibidem*, p. 11.
- 28** *Ibidem*, p. 12.
- 29** *Ibidem*, p. 216.
- 30** *Ibidem*, p. 217.
- 31** *Ibidem*, p. 220.
- 32** MENDELSON, Sarah – «Democracy assistance and political transition in Rússia. Between success and failure». In *International Security*. Vol. 25, n.º 4, 2001, p. 74.
- 33** *Ibidem*, p. 68.
- 34** Trata-se, essencialmente, de um conceito que entende a segurança individual não só em função da segurança estatal, mas também de noções de qualidade de vida e que, em 1994, conquista consagração com a edição do primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* do Programa de Desenvolvimento da ONU. Aí, denunciando que o conceito de segurança vigente não reflecte a realidade da maioria da população mundial, «a segurança humana inclui duas dimensões: a libertação face, quer a ameaças crónicas como a fome, doença e repressão, quer a rupturas súbitas e penosas nos padrões de vida quotidiana» [YOUDE, Jeremy – «Enter the fourth horseman: health security and International Relations Theory». In

The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations. Vol. 6, n.º 1, 2005, p. 195.

35 MENDELSON, Sarah – «Democracy assistance and political transition in Rússia. Between success and failure», p. 70.

36 Tradução livre de *illiberal democracy* de Fareed Zakaria [ZAKARIA, Fareed – «The rise of illiberal democracy». In *Foreign Affairs*. Vol. 76, n.º 6, 1997, pp. 22-43], que designa «um Estado em que eleições têm lugar, mas os governantes ignoram as liberdades garantidas pela Constituição».

37 *Ibidem*, pp. 70-71.

38 NAROZHNA, Tanya – «Foreign aid for a post-euphoric Eastern Europe: the limitations of Western assistance in developing civil society». In *Journal of International Relations and Development*. Vol. 7, 2004, p. 245.

39 *Ibidem*, p. 246.

40 *Ibidem*.

41 KEANE, John – *Civil Society: Old Images, New Visions*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998, citado por NAROZHNA, Tanya – «Foreign aid for a post-euphoric Eastern Europe: the limitations of Western assistance in developing civil society», p. 246.

42 NAROZHNA, Tanya – «Foreign aid for a post-euphoric Eastern Europe: the limitations of Western assistance in developing civil society», p. 249.

43 KUCHINS, Andrew C. – *Russian Democracy and Civil Society: Back to the Future*. Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa dos Estados Unidos da América, 2006, p. 1.

44 MENDELSON, Sarah – «Democracy assistance and political transition in Rússia. Between success and failure». In *International Security*. Vol. 25, n.º 4, 2001, pp. 68-106.

45 Esta classificação manteve-se em 2006 [Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&year=2006&country=7044>].

46 NIKITIN, Alexander, e BUCHANAN, Jane – «The Kremlin's Civic Fórum: cooperation or co-optation for civil society in Russia?» In *Demokratizatsiya*. Primavera de 2002.

47 Segundo vários relatos, desde o princípio que este evento gerou cepticismo e cinismo, fazendo muitos participantes lembrar os velhos congressos do Partido Comunista.

48 *Ibidem*.

49 Chamadas de GONGO, acrónimo em inglês para *governmental-organised non-governmental organisations*. Por vezes trata-se de pseudo-ONG apadrinhadas por governos que pretendem criar uma aparência de autonomia e vitalidade da «sociedade civil» nos seus países.

50 Cf. MILHAZES, José – «Moscou diz ter "desmantelado uma rede de espionagem britânica"». In *Público*, 23 de Janeiro de 2006.

51 CHAULIA, Sreeram – *Democratisation, Colour Revolutions and the Role of the NGOs: Catalysts or Saboteurs?* [Consultado em: 11 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=viewArticle&code=20051225&articleId=1638>. Chaulia (2005).

52 As ONG, nomeadamente norte-americanas (como a International Rescue Committee ou Freedom House), foram fundadas e desenvolvidas com verbas governamentais durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria para cumprirem objectivos políticos nacionais de contenção do fascismo/comunismo.

53 BEISSINGER, Mark R. – *Promoting Democracy: Is Exporting Revolution a Constructive Strategy?* [Consultado em: 11 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=155>. Beissinger (2006).

54 KUCHINS, Andrew C. – *Russian Democracy and Civil Society: Back to the Future*. Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa dos Estados Unidos da América, 2006.

55 John Macmillan [MACMILLAN, John – «Whose democracy; which peace? Contextualizing the Democratic peace». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, pp. 472-493] extrai a doutrina «ortodoxa» da paz democrática a partir dos textos de Michael Doyle «Kant, liberal legacies and international affairs», e Bruce Russett «Grasping the Democratic peace».

56 Ver o quadro-síntese de Macmillan [MACMILLAN, John – «Whose democracy; which peace? Contextualizing the Democratic peace», pp. 487-488].

57 TAVARES, Rodrigo – «Contribution of macro-regions for the construction of peace: a framework for analysis». In *Journal of International Relations and Development*. Vol. 7, 2004, p. 29.

BIBLIOGRAFIA

- ARCHIBUGI, Daniele – «Principles of cosmopolitan democracy». In *Re-imagining Political Community*. Cambridge: Polity Press, 1998, pp. 198-228.
- BEETHAM, David – «Liberal democracy and the limits of democratization». In *Prospects for Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1993, p. 55.
- BEISSINGER, Mark R. – *Promoting Democracy: Is Exporting Revolution a Constructive Strategy?* [Consultado em: 11 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=155>.
- BUENO DE MESQUITA, B. et al. – «An institutional explanation of the democratic peace». In *American Political Science Review*. Vol. 93, n.º 4, 1999, pp. 791-807.
- CHAULIA, Sreeram – *Democratisation, Colour Revolutions and the Role of the NGOs: Catalysts or Saboteurs?* [Consultado em: 11 de Fevereiro de 2007]. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=viewArticle&code=20051225&articleId=1638>.
- DAHL, Robert – *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1999, pp. 2-3.
- DOYLE, Michael – «Kant, liberal legacies, and foreign affairs» (I e II). In *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 12, n.ºs 3 e 4, 1983, pp. 205-235 e 323-353.
- DOYLE, Michael – «Liberalism and world politics». In *American Political Science Review*. Vol. 80, n.º 4, 1996, pp. 1151-1169.
- GALTUNG, Johan – *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict*. Londres: Sage, 1996.
- GELLNER, Ernest – *Condições da Liberdade: A Sociedade Civil e seus Rivais*. Lisboa: Gra-diva, 1994.
- HASENCLEVER, Andreas, e WAGNER, Wolfgang – «From the analysis of a separate democratic peace to the liberal study of international conflict». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, pp. 465-471.
- KANT, Immanuel – *Zum ewigen Frieden. Ein philosophischer Entwurf*. [Consultado em: 20 de Outubro de 2007]. Disponível em: http://www.sgipr.org/politpsy/vorbild/kant_zef.htm#Erster%20Definitivartikel.
- KEANE, John – *Civil Society: Old Images, New Visions*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1998.
- KUCHINS, Andrew C. – *Russian Democracy and Civil Society: Back to the Future*. Comissão para a Segurança e Cooperação na Europa dos Estados Unidos da América, 2006.
- LIPSON, C. – *Reliable Partners. How Democracies Have Made a Separate Peace*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- MACMILLAN, John – «Whose democracy; which peace? Contextualizing the Democratic peace». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, pp. 472-493.
- MENDELSON, Sarah – «Democracy assistance and political transition in Russia. Between success and failure». In *International Security*. Vol. 25, n.º 4, 2001, pp. 68-106.
- MÜLLER, Harald – «The antinomy of Democratic peace». In *International Politics*. Vol. 41, 2004, pp. 494-520.
- NAROZHNA, Tanya – «Foreign aid for a post-euphoric Eastern Europe: the limitations of Western assistance in developing civil society». In *Journal of International Relations and Development*. Vol. 7, 2004, pp. 243-266.
- NIKITIN, Alexander, e BUCHANAN, Jane – «The Kremlin's Civic Fórum: cooperation or co-optation for civil society in Russia?». In *Demokratizatsiya*. Primavera de 2002.
- OREN, Ido – «The subjectivity of the "Democratic" peace». In *International Security*. Vol. 20, n.º 2, 1995, pp. 147-184.
- RASLER, Karen, e THOMPSON, William – «The monadic democratic puzzle and an "End of History" partial solution?». In *International Politics*. Vol. 40, 2003, pp. 5-27.
- RATO, Vasco – «Mas são mesmo mais pacíficas?». In *Política Internacional*. Lisboa. N.º 18, 1998, pp. 93-114.
- RUSSETT, Bruce – *Grasping the Democratic Peace*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.
- SCHULTZ, K. A. – *Democracy and Coercive Diplomacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TAVARES, Rodrigo – «Contribution of macro-regions for the construction of peace: a framework for analysis». In *Journal of International Relations and Development*. Vol. 7, 2004, pp. 24-47.
- WILLIAMS, Michael C. – «The discipline of the Democratic peace: Kant, Liberalism and the social construction of security communities». In *European Journal of International Relations*. Vol. 7, n.º 4, 2001, pp. 525-553.
- YUDE, Jeremy – «Enter the fourth horseman: health security and International Relations theory». In *The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*. Vol. 6, n.º 1, 2005, pp. 193-208.
- ZAKARIA, Fareed – «The rise of illiberal democracy». In *Foreign Affairs*. Vol. 76, n.º 6, 1997, pp. 22-43.